

CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (12/06/2026 A 18/06/2026)

MINERAÇÃO

- **PF deflagra nova fase da Operação Rejeito para apurar atos de espionagem em Minas Gerais**
Investigação aponta monitoramento ilegal de autoridades e tentativa de acesso indevido a dados sigilosos

A Polícia Federal deflagrou, nesta quinta-feira (18), a segunda fase da **Operação Rejeito**, que investiga uma organização criminosa suspeita de promover atos de espionagem contra autoridades públicas e particulares em Minas Gerais. A nova fase da operação é um desdobramento da Operação Rejeito, iniciada em 2025 para investigar um esquema de corrupção e concessão fraudulenta de licenças ambientais relacionado a projetos minerários em Minas Gerais. A ação cumpre seis mandados de busca e apreensão, dois mandados de prisão preventiva e determina a suspensão das atividades das pessoas jurídicas envolvidas, com apoio do Ministério Público Federal, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Segundo as investigações, o grupo teria contratado uma empresa para realizar monitoramento sistemático de pessoas de interesse da organização, incluindo a obtenção indevida de dados pessoais e sensíveis. A PF identificou ainda tentativas de aproximação ilícita de autoridades públicas, propostas para a realização de operações policiais simuladas e ofertas para obtenção ilegal de informações protegidas por sigilos bancário e telefônico. As apurações também indicam possível acesso indevido a sistemas restritos de órgãos de segurança pública.

Fonte: [Link](#)

- **BHP e Microsoft adotam inteligência artificial para otimizar a extração de cobre**

Parceria utiliza computação avançada e IA para acelerar a descoberta de soluções que aumentem a recuperação mineral

A mineradora BHP firmou uma parceria com a Microsoft para aplicar inteligência artificial e computação de alto desempenho no desenvolvimento de novas soluções para a extração de cobre. A iniciativa utiliza a plataforma Microsoft Discovery, desenvolvida para acelerar processos de pesquisa e desenvolvimento, com o objetivo de identificar compostos químicos capazes de aprimorar a lixiviação e aumentar a recuperação de cobre em minérios de menor teor.

Segundo as empresas, mais de 500 mil moléculas já foram analisadas por meio de milhares de simulações e cálculos de química quântica, reduzindo significativamente o tempo necessário para selecionar os compostos mais promissores para testes em laboratório. A iniciativa busca responder ao desafio crescente de manter a oferta global de cobre em um cenário de aumento da demanda associado à transição energética, à expansão da infraestrutura digital e ao avanço da inteligência artificial, ao mesmo tempo em que os depósitos minerais se tornam mais profundos e apresentam menores concentrações do metal.

Fonte: [COBRE | BHP e Microsoft adotam IA para otimizar extração | Brasil Mineral](#)

- **Senado aprova projeto que protege orçamento das agências reguladoras contra contingenciamentos**

Proposta busca fortalecer a autonomia financeira de órgãos responsáveis pela fiscalização de setores estratégicos da economia

O Senado Federal aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 73/2025, que impede o bloqueio de despesas das agências reguladoras federais para cumprimento das metas fiscais da União. A proposta, aprovada por 51 votos favoráveis e 17 contrários, altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para incluir os gastos desses órgãos entre as despesas não sujeitas à limitação de empenho e movimentação financeira. O texto segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

A medida alcança 12 agências reguladoras, entre elas a Agência Nacional de Mineração

(ANM), e busca assegurar recursos para atividades de fiscalização, inspeção, análise de processos e manutenção de sistemas tecnológicos. Segundo o relator da proposta, senador Marcos Rogério (PL-RO), a autonomia técnica e decisória dessas instituições fica comprometida quando restrições orçamentárias inviabilizam sua atuação. O projeto ganhou força após sucessivos alertas sobre os impactos dos contingenciamentos no funcionamento das agências, incluindo a previsão de limitação de R\$ 1,6 bilhão nas despesas desses órgãos em 2026.

Fonte: [Senado aprova projeto que blinda agência reguladora de contingenciamentos — Agência Nacional de Mineração](#)

- **Royalties da mineração injetam mais de R\$ 477 milhões em estados e municípios produtores**

Recursos da CFEM reforçam orçamentos locais e devem ser aplicados conforme regras de transparência e destinação pública

A Agência Nacional de Mineração (ANM) distribuiu mais de R\$ 477 milhões em recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) a estados, ao Distrito Federal e a municípios produtores. Os valores são referentes à arrecadação dos royalties da mineração e representam uma importante fonte de receita para os entes federativos, contribuindo para o financiamento de políticas públicas e o desenvolvimento regional.

De acordo com a ANM, a aplicação dos recursos deve observar as regras legais de destinação e transparência. A CFEM não pode ser utilizada para o pagamento de dívidas, exceto aquelas contraídas com a União e seus órgãos, nem para custear despesas fixas com pessoal, ressalvada a possibilidade de uso em ações de educação, incluindo o pagamento de professores da rede pública. A legislação também estabelece que, preferencialmente, pelo menos 20% dos recursos sejam destinados à diversificação econômica, à mineração sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico, além de exigir a divulgação anual da aplicação dos valores recebidos.

Fonte: [Royalties da mineração injetam mais de R\\$ 477 milhões em estados e municípios produtores — Agência Nacional de Mineração](#)

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

- **ANP realiza segunda etapa de audiência pública sobre critérios para identificar aumentos abusivos nos preços dos combustíveis**

Debate reúne agentes do setor e sociedade para aperfeiçoar propostas de regulamentação da fiscalização de preços

No uso de suas atribuições conferidas pelas Medidas Provisórias nº 1.340/2026 e nº 1.349/2026, editadas para mitigar os impactos da volatilidade dos preços internacionais do petróleo sobre o mercado brasileiro, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou a segunda etapa da Audiência Pública nº 12/2026 para discutir as minutas de resolução que estabelecem os critérios para a caracterização da elevação abusiva dos preços de combustíveis. A continuidade da audiência foi necessária em razão do elevado número de inscritos na primeira sessão, realizada em 15 de junho, permitindo a manifestação de todos os participantes interessados no processo regulatório.

As propostas em discussão abrangem dois segmentos distintos da cadeia de abastecimento: revendedores varejistas de combustíveis líquidos e GLP e distribuidores desses produtos. As minutas preveem a utilização da margem bruta como principal parâmetro para identificar possíveis práticas abusivas, considerando a comparação do comportamento histórico de cada agente econômico e a possibilidade de apresentação de justificativas relacionadas ao aumento de custos.

Fonte: [ANP realiza segunda parte de audiência pública sobre caracterização da elevação abusiva de preços de combustíveis — Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis](#)

- **MPF e MP-SP pedem suspensão do licenciamento da Etapa 4 do pré-sal na Bacia de Santos**
Órgãos questionam viabilidade ambiental do projeto e alegam insuficiência de medidas para mitigação de impactos climáticos

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) ajuizaram ação civil pública contra a Petrobras e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para solicitar a suspensão imediata do licenciamento

da Etapa 4 do pré-sal na Bacia de Santos. Os órgãos requerem a anulação da licença prévia já concedida e a proibição da emissão de novas autorizações até que sejam atendidas as exigências ambientais relacionadas ao empreendimento. A nova fase de exploração prevê a entrada em operação de dez plataformas entre 2026 e 2032, em águas profundas da Bacia de Santos.

Segundo o MPF e o MP-SP, a Petrobras não apresentou informações suficientes sobre as medidas de monitoramento, mitigação e compensação das emissões de gases de efeito estufa associadas ao projeto, incluindo as emissões indiretas decorrentes do consumo dos combustíveis produzidos. Os órgãos estimam que a extração e o uso do petróleo e do gás natural provenientes das novas unidades poderão gerar mais de 3,8 bilhões de toneladas de dióxido de carbono ao longo da vida útil do empreendimento, volume considerado incompatível com as metas climáticas assumidas pelo Brasil. O Ibama informou que ainda não foi notificado sobre a nova ação e que se manifestará nos autos do processo quando houver comunicação oficial.

Fonte: [MPF e MP-SP querem a suspensão do licenciamento da nova exploração de óleo e gás natural em águas profundas na Bacia de Santos – Notícias das Praias](#)

- **AIE reduz projeção para demanda global de petróleo em 2026**

Revisão reflete impactos da crise no Oriente Médio, alta dos preços dos combustíveis e dificuldades no abastecimento global

A Agência Internacional de Energia (AIE) revisou para baixo sua previsão para a demanda mundial de petróleo em 2026, diante dos efeitos da crise no Oriente Médio sobre o mercado energético global. De acordo com o relatório divulgado em 17 de junho, o consumo global deverá cair 1,1 milhão de barris por dia em comparação com 2025, representando uma redução de 700 mil barris diários em relação à estimativa apresentada pela agência no mês anterior. A revisão considera os impactos da volatilidade geopolítica, do aumento dos preços dos combustíveis e das interrupções no fornecimento de energia.

Segundo a AIE, as entregas globais de petróleo registraram queda de aproximadamente 5% no segundo trimestre de 2026 em comparação com o mesmo período do ano anterior. O relatório também destaca que os estoques de petróleo dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) atingiram o menor nível desde 1990, ampliando as preocupações com a capacidade de resposta do mercado diante de novas

interrupções na oferta. Apesar da expectativa de recuperação gradual a partir de 2027, a agência avalia que a normalização das exportações da região do Oriente Médio dependerá da estabilidade geopolítica e da superação de desafios operacionais e logísticos.

Fonte: [AIE reduz previsão para demanda global de petróleo](#)

ENERGIA ELÉTRICA

- **TCU mantém continuidade do LRCap 2026 e rejeita encaminhamento do caso à PF e ao Cade**
Tribunal afasta medidas mais gravosas, preserva os resultados do leilão e mantém apurações sobre aspectos do certame

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu manter a validade e a continuidade do Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (LRCap) de 2026, afastando propostas que sugeriam a suspensão dos contratos decorrentes do certame e o envio do caso à Polícia Federal (PF) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A decisão foi proferida em 17 de junho, durante julgamento de representação que questionava aspectos relacionados à modelagem do leilão, à definição dos preços-teto e aos impactos econômicos da contratação para os consumidores.

Embora a Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica (AudElétrica), área técnica do TCU responsável pela instrução do processo, tenha apontado indícios de sobrepreço decorrentes da elevação dos preços-teto do certame e sugerido a adoção de medidas mais rigorosas, o relator, ministro Jorge Oliveira, entendeu que os elementos constantes dos autos não justificariam, neste momento, a suspensão do leilão nem dos contratos dele decorrentes. Em seu voto, o ministro destacou que eventual interrupção do LRCap poderia produzir efeitos mais gravosos para o interesse público, em razão dos riscos associados à expansão da oferta de potência e à segurança do suprimento energético nacional. Por essa razão, o Tribunal optou por manter a continuidade do certame, sem prejuízo do prosseguimento das apurações sobre a formação dos preços-teto, os critérios adotados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), bem como os potenciais impactos tarifários da contratação.

Fonte: <https://megawhat.uol.com.br/economia-e-politica/tcu-autoriza-continuidade-do-lrca-2026-e-rejeita-envio-do-caso-a-pf-e-ao-cade/>

- **ANEEL realizará segunda sessão pública do Leilão de Transmissão nº 1/2026 em julho**

Certame contempla lotes remanescentes e busca ampliar a capacidade de transmissão necessária para a expansão do sistema elétrico brasileiro

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) informou que realizará, em 3 de julho de 2026, a segunda sessão pública do Leilão de Transmissão nº 1/2026, destinada aos Lotes 7 a 10 do certame. A sessão ocorrerá na sede da B3, em São Paulo, e integra o cronograma de licitações voltadas à expansão da infraestrutura de transmissão de energia elétrica no país.

Os lotes que serão licitados nesta etapa correspondem a ativos que não participaram da primeira sessão pública realizada em março e incluem empreendimentos associados a concessões anteriormente detidas pela MEZ Energia, cuja devolução foi objeto de solução consensual analisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo informações divulgadas pelo mercado, os quatro lotes possuem Receita Anual Permitida (RAP) máxima de aproximadamente R\$ 315 milhões e demandam investimentos estimados em cerca de R\$ 1,8 bilhão.

Fonte: https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2026/aneel-realiza-em-3-7-segunda-sessao-publica-do-leilao-de-transmissao-no-1-2026?utm_source=chatgpt.com

- **Setor elétrico reconhece que consumidores arcam com bilhões por furtos e fraudes de energia**

Tema foi debatido na Câmara dos Deputados, que discute medidas para reduzir perdas não técnicas e seus impactos nas tarifas

Representantes do setor elétrico admitiram, em audiência pública realizada na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, que os consumidores brasileiros suportam um custo superior a R\$ 7 bilhões por ano em razão de furtos e fraudes de energia elétrica. As chamadas perdas não técnicas, decorrentes de ligações clandestinas, adulteração de medidores e outras irregularidades, são parcialmente repassadas às tarifas pagas pelos usuários regulares do serviço, conforme regras definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Durante o debate, parlamentares e representantes de distribuidoras defenderam o aprimoramento da legislação e o fortalecimento das ações de fiscalização para reduzir as perdas no sistema elétrico. Entre as propostas discutidas estão o aumento da integração entre concessionárias e órgãos de segurança pública, a ampliação do uso de tecnologias de monitoramento e a revisão dos mecanismos regulatórios relacionados ao repasse desses custos às tarifas. Segundo dados apresentados na audiência, as perdas não técnicas afetam principalmente áreas com elevados índices de vulnerabilidade social e criminalidade, comprometendo a sustentabilidade econômico-financeira das distribuidoras e pressionando o custo da energia para os consumidores.

Fonte: [Setor elétrico admite que consumidores arcam com mais de R\\$ 7 bilhões por furtos e fraudes de energia - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados](#)

- **El Niño leva ONS a preservar reservatórios do Sul para garantir segurança do abastecimento**
Estratégia busca reduzir riscos hidrológicos e assegurar o atendimento da demanda energética nos próximos meses

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) adotou uma estratégia de preservação dos reservatórios da Região Sul diante das projeções climáticas associadas ao fenômeno El Niño. Segundo o órgão, a expectativa de redução das chuvas e de alterações no regime hidrológico pode impactar a geração de energia hidrelétrica, exigindo medidas preventivas para assegurar o abastecimento e a confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN). A decisão foi apresentada durante reunião do Programa Mensal de Operação (PMO), que orienta o despacho dos recursos energéticos do país.

De acordo com o ONS, a estratégia prevê maior utilização de usinas termelétricas e o aumento da transferência de energia entre regiões, reduzindo a necessidade de geração hidrelétrica no Sul e preservando os níveis dos reservatórios para períodos de maior escassez hídrica. O operador destacou que a medida integra o planejamento contínuo do sistema elétrico e busca mitigar os efeitos de eventos climáticos extremos sobre a oferta de energia, garantindo maior flexibilidade operacional e segurança energética ao país.

Fonte: [El Niño leva ONS a poupar reservatórios do Sul para garantir suprimento | CNN Brasil](#)

- **ANEEL define distribuição do bônus de Itaipu nas contas de luz de agosto**

Crédito será concedido aos consumidores residenciais e rurais com base no consumo registrado em 2025

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou a distribuição do bônus de Itaipu, que será creditado nas faturas de energia elétrica emitidas em agosto de 2026. O benefício decorre do saldo positivo da comercialização da energia da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional e será destinado aos consumidores residenciais e rurais que registraram consumo inferior a 350 quilowatts-hora (kWh) em pelo menos um mês de 2025.

Segundo a ANEEL, o valor total a ser distribuído é de aproximadamente R\$ 936 milhões, que serão repassados pelas distribuidoras aos consumidores elegíveis por meio de um crédito identificado diretamente na conta de energia. O montante individual do bônus será calculado proporcionalmente ao consumo registrado ao longo de 2025. A medida busca compartilhar com os usuários os resultados financeiros positivos de Itaipu e contribuir para a modicidade tarifária no setor elétrico brasileiro.

Fonte: [Agência define distribuição da tarifa bônus de Itaipu para agosto — Agência Nacional de Energia Elétrica](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS (MME)

- **MME reforça papel da indústria na expansão sustentável do setor elétrico**

Ministério destaca integração entre planejamento energético e desenvolvimento industrial para apoiar a transição energética

O Ministério de Minas e Energia (MME) destacou a importância da indústria nacional para a expansão sustentável do setor elétrico brasileiro durante evento promovido pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Na ocasião, representantes da pasta enfatizaram que o fortalecimento da cadeia produtiva é fundamental para garantir a segurança energética, ampliar a competitividade do país e acelerar a transição para uma economia de baixo carbono.

Segundo o ministério, a expansão da geração, transmissão e distribuição de energia exige maior integração entre o planejamento energético e a política industrial, estimulando

investimentos em inovação, tecnologia e desenvolvimento de fornecedores nacionais. O MME ressaltou ainda que o avanço de fontes renováveis, da digitalização das redes elétricas e da eletrificação da economia abre novas oportunidades para a indústria brasileira, reforçando seu papel estratégico na modernização da infraestrutura energética e na promoção do crescimento econômico sustentável.

Fonte: [MME reforça papel da indústria na expansão sustentável do setor elétrico — Ministério de Minas e Energia](#)

- **MME destaca avanços da reforma do setor elétrico durante o ENASE 2026**

Ministério defende modernização do marco regulatório para ampliar a eficiência, a competitividade e a justiça tarifária

O Ministério de Minas e Energia (MME) apresentou os principais avanços da proposta de reforma do setor elétrico durante o Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (ENASE) 2026. Representantes da pasta ressaltaram que a modernização do marco regulatório busca adaptar o sistema às transformações tecnológicas, ampliar a eficiência do mercado e promover maior equilíbrio na distribuição dos custos setoriais entre os consumidores.

Durante o evento, o MME destacou que a proposta prevê a ampliação gradual da abertura do mercado livre de energia para todos os consumidores, além da revisão de subsídios, da racionalização dos encargos setoriais e do aprimoramento dos mecanismos de formação de preços. O ministério também reforçou a importância de assegurar previsibilidade regulatória e segurança jurídica para atrair investimentos e viabilizar a expansão sustentável do sistema elétrico brasileiro em um cenário de crescente eletrificação da economia e avanço das fontes renováveis.

Fonte: [MME destaca avanços da reforma do setor elétrico durante o ENASE 2026 — Ministério de Minas e Energia](#)

- **MME e Países Baixos firmam plano de trabalho para ampliar cooperação em transição energética e bioeconomia**

Parceria prevê intercâmbio de experiências e desenvolvimento de ações conjuntas em energia limpa, hidrogênio de baixo carbono e sustentabilidade

O Ministério de Minas e Energia (MME) e o governo dos Países Baixos assinaram um plano de trabalho para fortalecer a cooperação bilateral em áreas estratégicas da transição energética e da bioeconomia. O acordo estabelece uma agenda conjunta voltada ao intercâmbio de conhecimentos, à promoção de investimentos e ao desenvolvimento de iniciativas relacionadas a hidrogênio de baixo carbono, combustíveis sustentáveis, captura e armazenamento de carbono, economia circular e descarbonização industrial.

Segundo o MME, a parceria busca aproveitar as complementaridades entre os dois países, combinando a experiência holandesa em inovação e infraestrutura portuária com o potencial brasileiro em energias renováveis, biocombustíveis e recursos naturais. O ministério destacou que a iniciativa contribui para o fortalecimento da agenda de transição energética do Brasil, ampliando oportunidades de cooperação técnica e atração de investimentos em projetos sustentáveis alinhados às metas globais de redução de emissões e desenvolvimento econômico de baixo carbono.

Fonte: [MME e Países Baixos assinam plano de trabalho para ampliar cooperação em transição energética e bioeconomia — Ministério de Minas e Energia](#)

NOTÍCIA ESPECIAL

Política de Goiás para minerais críticos busca atrair investimentos, mas levanta debates sobre competências regulatórias

O Governo de Goiás sancionou uma política estadual voltada ao desenvolvimento da cadeia de minerais críticos e estratégicos, com o objetivo de estimular investimentos, agregar valor à produção mineral e fortalecer a participação do estado na transição energética. A medida estabelece diretrizes para incentivar a pesquisa mineral, o

processamento industrial, a inovação tecnológica e a formação de mão de obra especializada, tendo como foco minerais essenciais para tecnologias de baixo carbono, como terras raras, lítio, níquel, grafita e nióbio.

Especialistas ouvidos pela Eixos, **incluindo nossa sócia Fernada de Paula**, apontam no entanto, que alguns dispositivos da política podem gerar debates jurídicos sobre a divisão de competências entre estados e União, especialmente em temas relacionados à regulação da atividade minerária, cuja competência constitucional é federal. Embora a iniciativa seja vista como um instrumento para ampliar a competitividade e acelerar investimentos em minerais estratégicos, analistas destacam a necessidade de alinhamento com o marco regulatório nacional para evitar sobreposições normativas e garantir segurança jurídica aos empreendimentos.

Fonte: <https://eixos.com.br/transicao-energetica/politica-goiana-para-minerais-criticos-facilita-investimentos-mas-pode-gerar-disputas-com-a-uniao/>

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

PAULO RANGEL SOARES VIEIRA

Geólogo

CREA 36.689/D - DF